

“DEFENDER A IDENTIDADE NACIONAL, A HISTÓRIA COMUM, A FAMÍLIA E AS TRADIÇÕES”

Votar à direita na segunda volta das eleições presidenciais portuguesas como acto de responsabilidade cívica

Na segunda volta das eleições presidenciais, o voto deixa de poder ser entendido como mera manifestação de preferência pessoal ou de inclinação circunstancial. Assume, antes, a natureza de um acto consciente de responsabilidade cívica, através do qual se decide o rumo político, institucional e moral da Nação. Já não se trata de escolher estilos, temperamentos ou biografias. Trata-se de optar entre dois modelos distintos de organização da vida colectiva. A própria razão de ser da segunda volta reside nesta exigência de clarificação.

Portugal chega a este momento após longos anos marcados por um crescimento económico insuficiente, por uma carga fiscal progressivamente agravada, por serviços públicos incapazes de responder com eficácia às necessidades reais dos cidadãos e por um sentimento generalizado de injustiça vivido por quantos trabalham, produzem e cumprem. Tal situação não é fruto do acaso nem de fatalidades externas. Resulta da persistência de políticas inspiradas por uma concepção socialista do Estado, que prometeu protecção e igualdade, mas conduziu à estagnação, à dependência e à progressiva erosão da iniciativa individual.

Votar à direita, nesta segunda volta, significa recusar a continuação desse modelo esgotado. Significa afirmar que o Estado não pode viver indefinidamente acima das suas possibilidades, nem transferir para os cidadãos o custo permanente da sua ineficiência estrutural. Significa defender que o poder político deve estar ao serviço da sociedade e

não erigir-se como seu tutor permanente, regulador onnipotente e distribuidor discricionário de favores.

A visão da direita assenta num princípio elementar, confirmado pela experiência histórica. Não existe prosperidade colectiva sem esforço individual. Não existe justiça social duradoura sem criação efectiva de riqueza. Não existe liberdade real quando o cidadão depende continuamente do Estado para assegurar a sua subsistência. O trabalho, o mérito e a iniciativa constituem os fundamentos essenciais de qualquer sociedade equilibrada, responsável e verdadeiramente solidária.

O respeito pelo Estado de direito integra-se de forma indissociável nesta escolha. A lei deve ser clara, estável e aplicada de modo igual a todos, sem privilégios



CÉSAR DEPAÇO

nem excepções convenientes. A autoridade do Estado, exercida de

forma legítima, e o papel das forças de segurança não constituem obstáculos

“No plano cultural e moral, defender a identidade nacional, a história comum, a família e as tradições não representa um recuo perante o progresso. Representa, antes, a afirmação de continuidade, estabilidade e sentido de pertença

los à liberdade. São, pelo contrário, a sua condição necessária. Onde a ordem é relativizada, a liberdade deixa de ser um bem comum e transforma-se inevitavelmente num privilégio reservado a poucos.

Também no plano da soberania nacional a distinção é inequívoca. Portugal deve cooperar com outras nações, mas sem abdicar da sua capacidade de decisão nem subordinar os seus interesses a orientações que não correspondam à vontade dos portugueses. Um país que renuncia à sua autonomia política acaba por perder a confiança dos seus cidadãos e o respeito no plano externo.

No domínio da imigração, impõe-se idêntica clareza de princípios. Uma comunidade política só se mantém coesa quando existem regras firmes, controlo efectivo

e integração exigente. O respeito pela dignidade humana não se opõe ao respeito pela lei. A ausência de regras conduz inevitavelmente à desordem, à desigualdade perante a lei e à fractura social, penalizando sobretudo os que cumprem.

No plano cultural e moral, defender a identidade nacional, a história comum, a família e as tradições não representa um recuo perante o progresso. Representa, antes, a afirmação de continuidade, estabilidade e sentido de pertença. Sociedades que rejeitam deliberadamente as suas referências fundamentais tornam-se frágeis e vulneráveis a toda a espécie de experimentalismo ideológico e de engenharia social.

Na segunda volta, a escolha deixa de ser abstracta e assume carácter concreto. Ou se aceita a continuidade de um modelo que revelou amplamente os seus limites e fracassos, ou se opta por uma ruptura clara com o socialismo e com a política da hesitação permanente. Votar à direita é optar pela ordem, pela responsabilidade e pela coragem política indispensável para governar sem receios e sem ambiguidades.

Na segunda volta, não decidir equivale a desistir. Votar à direita é assumir um compromisso consciente com um Portugal mais livre, mais seguro e mais responsável perante o seu próprio destino.

César DePaço

Empresário e filantropo
Cónsul ad honorem de Portugal entre 2014 e 2020
Fundador e CEO da Summit Nutritionals International Inc.
Fundador e Presidente do Conselho de Administração da Fundação DePaço
Defensor incondicional das forças de segurança e dos princípios conservadores



A opinião de César DePaço sobre a segunda volta das eleições presidenciais em Portugal